



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural

Gestão do Património Arqueológico na Província de Inhambane: Manyikeni

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: Cosme Ermelindo Sizoura

Maputo, 2017

**GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA PROVÍNCIA DE
INHAMBANE: MANYIKENI**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane por Cosme Ermelindo Sizoura.

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Dr. Albino Pereira de Jesus Jopela**

Maputo, 2017

	O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data	
_____	_____	_____	____/____/____	

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau de ensino e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicada no texto toda a bibliografia e fontes que utilizei.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais: Ermelindo Baptista Sizoura e Filomena Fonseca Rumia, meus irmãos Paulino Ermelindo e Amélia da Conceição Sizoura que me incentivaram a prosseguir com os estudos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por tudo. Agradeço igualmente, ao meu supervisor Dr. Albino Pereira de Jesus Jopela, pela orientação e acompanhamento durante as várias fases de elaboração da presente dissertação. Meus agradecimentos: são extensivos aos meus pais Ermelindo Baptista Sizoura e Felismina Xavier Mangana, pelos momentos em que estive ausente em compromissos sociais e pelo sacrifício feito para que nada me faltasse ao longo do curso. Aos meus irmãos Paulino Ermelindo e Amélia da Conceição Sizoura e ao meu tio Custódio Dionísio, pelo incentivo e apoio moral nos momentos difíceis. De igual modo agradeço à minha namorada Mércia da Lola Uamusse, pelo amor, apoio e acima de tudo pela inspiração.

Agradeço aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), em especial ao Prof. Dr. Leonardo Adamowicz, pelo trabalho do campo a barragem de Major em Moamba Província de Maputo. Aos Dr. Ricardo Teixeira Duarte, Prof. Dr. Hilário Madiquida que com muito incentivo conduziram a prática arqueológica à Província de Inhambane, com muito carinho e paciência ensinaram-nos a conduzir uma escavação e em geral a toda turma do Curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural pelo esforço empreendido pela troca de experiência directa e indirectamente contribuíram para o sucesso deste trabalho prático.

À todos que, na Província de Inhambane me dedicaram a sua atenção durante as várias fases do trabalho de campo, em especial aos senhores Orlando Safo Vilanculos técnico da Cultura, Filipe Nessela Mujavaque Director da Escola Primária de Muabsa e senhora Elisa Henrique Fenhame chefe do posto administrativo de Mapinhane. O meu muito obrigado é endereçado também ao senhor Mateus Mafaia Magule guarda da estação arqueológica de Manyikeni pelos esclarecimentos sobre a história pré-colonial de Manyikeni, bem como pela coragem que me deu por termos passado três noites na estação arqueológica de Manyikeni.

Os meus agradecimentos estendem-se também aos colegas do curso ano 2011 pelo apoio, conselho e atenção dispensada à minha pessoa, desde o início do curso, particularmente Abudo Abudo Martinho. Aos demais amigos Domingos Valter Matusse, Edson Júlio Quepisso, Tobias Emilio Machiana, Wilton Junior Cuna e todos

que apesar de não mencionados, directa ou indirectamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Siglas e Acrónimos

AD Ano Domini (“nossa era” - *n.e.*).

AHM Arquivo Histórico de Moçambique.

ARPAC Arquivo do Património Cultural (Instituto de Investigação Sociocultural/ARPAC).

ASDI Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional.

BP Before Present (“antes do presente” – *a.n.e.*).

CEA Centro de Estudos Africanos.

DNC Direcção Nacional da Cultura.

CMRHM Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique.

DAA Departamento de Arqueologia e Antropologia.

DNPC Direcção Nacional do Património Cultural.

GTZ Gabinete Técnico Alemão.

ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (“International Council of Monuments and Sites”).

MC Ministério da Cultura.

NORAD Agência Norueguesa para o Desenvolvimento

PCAP Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores.

RCJD Repartição da Cultura, Juventude e Desporto.

SAREC Agência Sueca para a Cooperação Científica.

SNMA Serviço Nacional de Museus e Antiguidades.

SDEJT Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia.

UEM Universidade Eduardo Mondlane.

UNESCO Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura.

UOFU Proseguimento das Origens Urbanas (“Urban Origin Follow Up”).

Resumo

O presente trabalho visa compreender e explicar os processos de conservação e gestão de bens do património arqueológico no Distrito de Vilankulo. Os sítios sagrados são usados e preservados pelas comunidades locais, através de práticas culturais costumeiras como rituais. Contudo, quando os sítios sagrados são igualmente bens do património arqueológico, estes são reconhecidos e protegidos pelas instituições do Estado, responsáveis pela gestão do património arqueológico. Nesse contexto, a presente pesquisa parte dos pressupostos de que os problemas que se verificam no contexto dos processos de conservação e gestão do património arqueológico no Distrito de Vilankulo necessitam ser compreendidos no amplo quadro das relações entre as dinâmicas de uso e proteção dos bens patrimoniais por parte dos vários intervenientes, principalmente as instituições do Estado e as comunidades locais. No universo das estações arqueológicas do Distrito de Vilankulo, constituem ponto central do estudo o amuralhado de Manyikeni. O estudo abarca o período de 1979-2004.

Palavras-chave: Gestão do Património Cultural, Património Arqueológico, Estação Arqueológica, Manyikeni, Inhambane.

Índice

Declaração.....	iii
Dedicatória.....	iv
Siglas e Acrónimos	vii
Resumo.....	viii
Lista de figuras.....	iii
Capítulo 1- Introdução	1
1.1. Introdução geral	1
1.2. Definição do problema.....	2
1.3. Objectivos	2
1.3.1. Geral.....	2
1.3.2. Específicos	2
1.4. Relevância do estudo	3
1.5. Objecto de estudo.....	3
1.6. Métodos de estudo	3
1.6.1. Pesquisa Bibliográfica	4
1.6.2. Trabalho de campo.....	4
1.6.3. Análise e processamento de dados.....	5
1.6.4. Plano temático.....	6
Capítulo 2 - Quadro teórico-conceptual.....	7
2.1. Conceitos-chave	7
a) Estação arqueológica	7
b) Património arqueológico.....	8
c) Património cultural	8
d) Gestão do património cultural	9
2.2. Abordagens sobre gestão do património: significado cultural e comunidades	10
Capítulo 3. Estação Arqueológica de Manyikeni	13
3.1. Localização geográfica	13
3.2. Contexto geográfico da estação Arqueológica de Manyikeni	14
3.2.1. Vegetação.....	14
3.2.2. Formação geológica	15
3.3. Enquadramento histórico	16
3.4. Significado cultural	17

3.5. Estado de conservação	19
Capítulo 4 - Conservação e Gestão das Estações Arqueológicas de Manyikeni e Chibuene	21
4.1. Quadro legal.....	21
a) No domínio da gestão do território.....	21
b) No domínio da Cultura	21
4.2. Quadro institucional.....	22
a) Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT).	23
b) Governo Distrital de Vilankulo	23
c) Comunidade local	23
4.3. Efectividade do quadro legal e institucional na Conservação e Gestão.....	24
Capítulo 5- Estratégias para a Conservação e Gestão do Património Arqueológico no Distrito de Vilankulo.....	26
5.1. Experiências e Práticas na Gestão do Património Arqueológico no Distrito de Vilankulo.....	26
5.1.1. Manyikeni	26
5.1.2. Chibuene	31
5.1.3. Entrevistas para a percepção de processos de conservação e gestão	34
5.1.4. Envolvimento das comunidades nos processos de conservação e gestão do património Arqueológico	36
Capítulo 6 - Considerações finais	40
Referências bibliográficas.....	43
Anexo - Guião de Entrevistas	46

Lista de figuras

Figura 1. Mapa de Localização do Amuralhado de Manyikení (Cosme Sizoura 2015).	13
Figura 2. Vegetação de Manyikení, Capim <i>Cenchrus Ciliares</i> .	14
Figura 3. Solos avermelhados de Manyikení (Cosme Sizoura 2014).	15
Figura 4. Degradação do amuralhado de Manyikení (Cosme Sizoura 2014).	20
Figura 5. Placas de identificação da estação arqueológica de Manyikení (Cosme Sizoura 2014).	27
Figura 6. Vista e paisagem do amuralhado de Manyikení (Cosme Sizoura 2014).	27
Figura 7. Comunidade residente nas proximidades do amuralhado de Manyikení (Mateus Magul 2014).	31
Figura 8. Estação arqueológica de Chibuene sob efeito da erosão (Cosme Sizoura 2014).	31
Figura 9. Placa de identificação da estação arqueológica de Chibuene (Cosme Sizoura 2014).	33
Figura 10. Configuração da estação arqueológica de Chibuene (Cosme sizoura 2014).	33
Figura 11. Visita de campo a estação arqueológica de Chibuene, turma de Arqueologia e Gestão de Património Cultural 2011 (Yolanda Duarte 2013).	34

Capítulo 1- Introdução

1.1. Introdução geral

Os bens do património cultural imóvel como estações arqueológicas debatem-se com vários problemas de conservação (Macamo 1996). O presente trabalho analisa a gestão do Património Arqueológico da Província de Inhambane tendo como estudo de caso a estação arqueológica de Manyikeni. Esta estação é datada do II milénio AD e manteve ligações com a estação de Chibuene durante I e II milénio AD. O amuralhado de Manyikeni constitui um dos exemplos pioneiros na região Austral de África da prática de pesquisa arqueológica aliada ao reconhecendo dos valores importantes para as comunidades locais no que diz respeito à sua herança cultural bem como a gestão da mesma (Sinclair 2004:174). Chibuene é uma estação arqueológica, que testemunha um antigo entreposto comercial, na baía de Vilankulo, sendo de grande importância para a compreensão dos contactos comerciais antigos com o Oceano Indico, também manteve contactos comerciais com Manyikeni e Grande Zimbabwe, as evidências da ocupação tardia de Chibuene são contemporâneas com Manyikeni, assim como, com a parte tardia da tradição Zimbabwe (Macamo 2009). Entre os objectos encontrados aparecem exemplares de loiça vidrada dos séculos VII a X AD. Os achados encontrados em Chibuene demonstraram conclusivamente que o sul de Moçambique estava integrado na antiga rede comercial do Oceano Indico. Estas evidências sugerem também que os estabelecimentos costeiros a Sul do Rio Save mantinham ligações com o Norte de Moçambique e que Chibuene constituía um possível local de penetração de mercadorias destinadas às sociedades de Agricultores e Pastores no interior (comunidades do planalto do Zimbabwe e da Bacia do Limpopo). Dos materiais analisados, o vidro parece ser de origem Persa. A cerâmica vidrada é igualmente de fabrico Persa ou Chinesa e as missangas possivelmente Indianas. A fonte mais óbvia do ouro que foi encontrado, testemunhado por objectos, é o planalto do Zimbabwe. Chibuene é considerado o maior concheiro conhecido, até agora, na África Austral e Oriental (Ministério da Cultura:2). Apesar do seu valor patrimonial, estas estações encontra-se em estado de aparente abandono. Esta constatação constitui o ponto de partida do presente trabalho.

1.2. Definição do problema

Segundo Nguirazi (2014:51), pela exposição do monumento às intempéries, ao longo do tempo, é notório o fraco nível de segurança da estrutura do amuralhado de Manyikeni. De igual modo, o não controle da vegetação constitui uma das principais ameaças à integridade física do imóvel, quer pela existência de árvores que ao secarem caem sobre as paredes do amuralhado, quer ainda pelo capim e pequenos arbustos que cobrem as partes baixas da estrutura. Para além destes problemas físicos, existem outros de carácter estrutural e administrativo que afectam o património cultural imóvel no geral em Moçambique e que alguns deles são aplicáveis ao caso de Manyikeni (Macamo 1996), como é o caso do aparente abandono ou falta de um gestor permanente no local para levar a cabo actividades de educação patrimonial ou turismo cultural. Neste contexto afigura-se pertinente perceber como é que Manyikeni tem sido gerido localmente (autoridades e comunidades locais) e que estratégias se podem adoptar para a sua efectiva conservação e valorização.

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

- Analisar os processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni no período compreendido entre 1979-2004.

1.3.2. Específicos

- Apresentar o amuralhado de Manyikeni e avaliar o seu significado cultural;
- Explicar a evolução histórica da gestão de estações arqueológicas no Distrito de Vilankulo (com ênfase para Manyikeni) enquadrada no contexto da gestão do património cultural em Moçambique;
- Analisar os principais elementos e processos referentes ao sistema de gestão da estação arqueológica de Manyikeni;
- Compreender as estratégias locais para a preservação da gestão do património arqueológico.

1.4. Relevância do estudo

Em 1979 foi construído o primeiro Centro de Interpretação dos achados de Manyikeni que destinava-se a popularizar arqueologia para um público mais vasto (Macamo 2006: 223). O envolvimento das comunidades na gestão de Manyikeni caracterizou igualmente as iniciativas mais recentes em Vilankulo tais como o “Projecto das Origens Urbanas - UOFU” de 1997 a 2005 (Muocha 2005:5; Filipe 2006:3). Apesar da atenção que as autoridades da cultura e a comunidade científica têm prestado ao sítio, numa visita recente ao monumento em (2013) constatou-se que o imóvel tem-se debatido com inúmeros problemas relativos a sua conservação e gestão. Por exemplo, o aparente estado de abandono do imóvel, constituíram a principal inquietação que levaram a escolha deste tema para pesquisa. Assim, espera-se que o presente estudo possa apontar soluções para alguns dos problemas identificados e analisados durante a implementação deste projecto de pesquisa. É neste contexto, que tem-se o ano de 2014, último ano de implementação do projecto, como marco final do período em análise.

1.5. Objecto de estudo

O presente trabalho tem como objecto de estudo gestão do património arqueológico na Província de Inhambane, tendo como estudo de caso, a estação arqueológica de Manyikeni localizada no Distrito de Vilankulo, Província de Inhambane, durante o período compreendido entre 1979-2004.

1.6. Métodos de estudo

Para o estudo do tema em análise adoptou-se como metodologia de trabalho a pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura sobre processos de conservação e de gestão do património arqueológico com participação comunitária a nível nacional e internacional. De acordo com Omar (2013:131), percepção é o acto, efeito ou faculdade de perceber e adquirir conhecimento a partir de algo por meio dos sentidos. Dessa maneira, a percepção tem o sentido de aquisição de informações pelos actores sociais oriundos da realidade do meio externo e de sua própria interacção com o mundo material que os cerca. Assim, observa-se a percepção como um processo cognitivo/cultural que envolve

mecanismos de percepção externa (os cinco sentidos) e elaboração mental. A compreensão das inter-relações entre a conservação e os actores sociais expressam como a sociedade percebe o seu meio circundante, mostra as suas opiniões, expectativas e propõe linhas de conduta.

Foi neste contexto que se procurou investigar a maneira como a população de Manyikeni, interpreta, convive e se adapta à realidade do seu meio. Um dos primeiros aspectos definidos na escolha de entrevistado foi o tempo de residência, visto que este pode ser determinante na análise de diferentes momentos que caracterizaram os acontecimentos em Manyikeni, sobretudo, em relação a variação temporal da qualidade ambiental, assim como a situação da conservação do património arqueológico de Manyikeni. A elaboração do trabalho, comportou três fases principais: pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e análise e interpretação dos dados.

1.6.1. Pesquisa Bibliográfica

Com a pesquisa bibliográfica pretendeu-se, por um lado, estabelecer e consolidar um quadro teórico e a análise dos dados para avaliar o objecto de estudo. Esta componente, consistiu na identificação e selecção de obras, na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), Biblioteca Central Brazão Mazula, ambas situadas no Campus Principal da UEM, Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC), Centro de estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e publicações patentes em sites da Internet.

A revisão da literatura, para conseguir se ter uma visão multidimensional sobre a problemática da gestão do Património Arqueológico na Província de Inhambane: o caso estação arqueológica de Manyikeni. Os conceitos-chave daí derivados foram: *Gestão do Património cultural*, *Património Arqueológico*, *Estação Arqueológica*, *Manyikeni e Inhambane*. Estes conceitos-chave foram definidos no segundo capítulo deste trabalho, juntamente com as discussões a eles associados.

1.6.2. Trabalho de campo

Esta componente consistiu em duas componentes principais. A primeira foi a visita à província de Inhambane com objectivo de visitar o amuralhado de Manyikeni área em

estudo, documentação da estação localização do local com recurso a um telemóvel, verificação do estado de conservação da estação com base na observação directa e no consequente registo fotográfico com recurso a uma máquina fotográfica.

A segunda componente do trabalho de campo consistiu na pesquisa etnográfica que incluiu entrevistas com diversos actores sociais com objectivo de obter informações sobre objecto de estudo e tema em análise. No entanto, esta entrevista foi acompanhada por guião de questões principais, e de outras questões que surgiram no decorrer da entrevista. Esta componente consistiu na elaboração de entrevistas as partes interessadas previamente seleccionadas. O critério adoptado neste apuramento centrou se na identificação dos intervenientes num processo de gestão do património arqueológico a nível central através da (DNPC), foram identificados instituição do Distrito de Vilankulo, tendo-se destacado Serviços Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia através do Departamento de Repartição da Cultura Juventude e Desporto. De seguida, Posto Administrativo de Mapinhane, foi a identificação dos intervenientes a nível local.

O modelo das entrevistas, optou-se por conversa e discussões, assim como pela criação de um guião para todos os entrevistados. A auscultação das entrevistas teve como objectivo principal, saber das partes interessadas os processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni. Importa igualmente frisar que dos treze entrevistados apenas oito foram seleccionados durante a pesquisa de campo, o conceito empregado foi o de conservação e gestão das estações arqueológicas na visão das comunidades e autoridades governamentais, sendo a pergunta submetida a vários entrevistados seleccionados aleatoriamente. Na análise dos dados das entrevistas, os interlocutores são identificados por apelido ou nome e não número destes.

1.6.3. Análise e processamento de dados

A terceira componente consistiu na análise e processamento de dados, nomeadamente: transcrição e análise das entrevistas, preparação e selecção do material ilustrativo (mapas e fotografias) para compilação bem como, a redacção da dissertação seguindo o plano temático definido. O recurso a esta técnica, assente na análise minuciosa dos conteúdos recolhidos no campo e consequente relação com as informações obtidas na

pesquisa bibliográfica, teve como finalidade encontrar um modelo para analisar os processos de conservação e gestão do património arqueológico em Moçambique. Isto porque só o cruzamento destas três componentes forneceria as informações necessárias para responder a pergunta de partida que estruturou a presente pesquisa.

1.6.4. Plano temático

No que concerne ao plano temático a pesquisa comportou seis capítulos. O primeiro capítulo é sobre a introdução, onde apresento os aspectos metodológicos do trabalho, definição do problema, objectivos do estudo, relevância do estudo, objecto do estudo e métodos do estudo. O segundo capítulo o da revisão de literatura incluiu: a discussão do quadro teórico-conceptual, relacionado com evolução histórica de gestão de estações no contexto do património cultural em Moçambique, assim como as abordagens sobre os problemas e soluções referentes a gestão de estações arqueológicas. O terceiro capítulo dedica-se à localização e caracterização física, enquadramento histórico, significado cultural e estado de conservação em Manyikeni. O quarto capítulo procura-se compreender a partir das instituições e comunidades locais, a gestão e conservação da estação arqueológica de Manyikeni e Chibuene, o quadro legal, o quadro institucional, efectividade do quadro legal e institucional bem como do recurso para conservação e gestão. O quinto capítulo está centrado nas estratégias para a conservação e gestão do património arqueológico no Distrito de Vilankulo, experiências e práticas na gestão do património arqueológico no Distrito de Vilankulo e análise comparativa entre as intervenções nas estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene. As considerações finais são apresentadas no último capítulo.

Capítulo 2 - Quadro teórico-conceptual

O presente capítulo, é dedicado a evolução histórica de gestão de estações no contexto do Património Cultural e em particular o Arqueológico em Moçambique, implica a menção a vários conceitos, com destaque para a terminologia técnica específica. A análise dos processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikení no período colonial, é enquadrado no Diploma Legislativo nº 825 de 20 de Fevereiro de 1943, que formaliza o comprometimento oficial do governo da Colónia de Moçambique com a pesquisa arqueológica e gestão dos seus recursos culturais inerentes (Diploma Legislativo nº 825, 1943).

Nestes termos de normalização que no seu artigo 1 é constituída uma comissão, que se denominará “Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”, á qual cumpre investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística (Diploma Legislativo nº 825, 1943:64).

No período pós independência, há a destacar a Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro de 1988. Esta Lei determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património cultural Moçambicano. Em 1994 promulgou-se o Decreto nº 27/94 de 20 de Julho de 1994, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico, onde são definidos importantes conceitos relativos a gestão do património arqueológico.

2.1. Conceitos-chave

a) Estação arqueológica

Estação arqueológica é qualquer local onde se encontrem vestígios evidentes de antigas actividades humanas (acumulações de artefactos, vestígios de edifícios, de estruturas, bem como a presença associada de elementos orgânicos) (Meneses (2002:61). Por outro lado, podem ser encontradas estações arqueológicas de superfície geralmente estações situadas a céu-aberto (ao ar livre), ao contrário das que se encontram situadas nas grutas ou abrigos rochosos. Caracterizam-se pela distribuição superficial do material ou com

estratigrafia disposição do material por horizontes arqueológicos distintos. As estações situam-se a céu aberto, em grutas ou abrigos rochosos ou ainda em águas de mares, lagos (Meneses 2002:61; Macamo 2003b:34).

b) Património arqueológico

O património arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Por isso, o uso do território deve ser controlado e desenvolvido de forma a minimizar a destruição do património arqueológico (ICOMOS 1990 artigo 2). No contexto Moçambicano “O património arqueológico é o conjunto de bens móveis e imóveis de valor arqueológico, paleontológico, antropológico ou geológico, relacionados com as gerações antepassadas, encontrados por meio de descobertas fortuitas, prospecções ou escavações arqueológicas, bem como os que venham ainda a ser descobertos ou escavados. O património arqueológico inclui ainda os estudos, registos e resultados de análise laboratoriais ou outros provenientes de prospecções e escavações” (Decreto n° 27/94 de 20 de Julho:68).

Os elementos de natureza tangível são representados pelos vestígios, arqueológicos, bem como pelo contexto natural paisagístico existente. A cerâmica, missangas, amuralhados, árvores diversas e plantas constituem exemplos concretos de elementos de natureza tangível. Os elementos de natureza intangível são constituídos pelas “práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades que as comunidades e grupos sociais reconhecem como parte do seu património cultural.” No sentido, o património arqueológico tem de ser considerado na totalidade dos seus elementos tangíveis e intangíveis (Muocha 2005:7).

O património arqueológico é comum a toda a sociedade humana e que deve ser portanto, o dever de toda competência do governo garantir que os fundos adequados estejam disponíveis para sua protecção.

c) Património cultural

A Lei 10/88 de 22 de Dezembro define património cultural como sendo “o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da

história, com relevância para a definição da identidade cultural” (Lei 10/88 de 22 de Dezembro:11). Este património cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais. Os bens culturais materiais “são os bens imóveis e móveis que pelo seu valor arqueológico, histórico, bibliográfico, artístico e científico fazem parte do património cultural moçambicano” (Lei 10/88 de 22 de Dezembro:12).

O património cultural é também visto como, conjunto de bens tangíveis e intangíveis, que constituem a herança de um grupo de pessoas e que reforçam, emocionalmente, o seu sentido de comunidade com uma identidade própria, sendo percebidos por outros como características (Filipe 2006:11; Jopela 2012:4). Desta forma entende-se o património cultural como algo que deriva do passado, mas que também pode ser criado ou integrado ao longo do processo histórico de um povo. Devido aos constantes contactos e cada vez mais abertura com outros grupos, os valores patrimoniais são dinâmicos e há então, necessidade de preservar estes valores sejam históricos, científicos, artísticos ou social. O significado cultural que o património possui, enriquece a vida das pessoas e proporciona um espírito profundo de ligação social que é insubstituível e precioso havendo a necessidade de preservá-lo para as gerações presentes e futuras (Burra Charter 1999:1-2).

d) Gestão do património cultural

Gestão do património é todo o processo que visa cuidar do património (monumento, estação arqueológica ou local histórico, conjunto urbano e sua paisagem circundante), incluindo os bens culturais tangíveis e intangíveis associados. A gestão tem em vista também reter e manter o significado cultural do património, ou seja, todos os valores que são atribuídos ao mesmo pelos grupos interessados ou afectados (Ndoro 2005:8). A gestão do património é igualmente entendido como sendo um processo que inclui a preservação do património tangível e intangível, com destaque para a paisagem envolvente, de acordo com todos os grupos envolvidos. Abarca outros três conceitos nomeadamente “memória, cultura e património cultural.” (Filipe 2006:12). Por seu turno Jopela considera a gestão de recursos culturais como uma outra forma de praticar arqueologia, com ênfase para a conservação e melhor uso de dados arqueológicos e protecção efectiva de estações e monumentos (Jopela 2006:25). O objectivo do estudo de gestão do património arqueológico deve ser a preservação de monumentos e sítios

“*in situ*”, incluindo a conservação a longo prazo, e curadoria através registos e colecções relacionadas. Qualquer transferência de elementos do património para novos locais representa uma violação do princípio da preservação do património em seu contexto original. Este princípio salienta a necessidade de manutenção adequada, a conservação e gestão (ICOMOS 1990 Artigo 6).

2.2. Abordagens sobre gestão do património: significado cultural e comunidades

Qualquer que seja o sistema em vigor (informal ou formal) para a salvaguarda do património, o mesmo deve assentar numa base compartilhada para que a gestão dos bens patrimoniais em causa seja sustentável. Nas últimas décadas, as abordagens sobre a gestão do património foram basicamente duas: a abordagem “convencional” e a abordagem “baseada em valores. As duas abordagens não são mutuamente excludentes. Muitos sistemas de gestão contêm elementos de ambas as abordagens. A abordagem “convencional” de gestão do património foi adoptada pelos profissionais da conservação no início do movimento moderno de conservação no mundo Ocidental. O foco principal dessa abordagem era a conservação dos materiais ou dos tecidos originais, identificados com monumentos e sítios que deveriam ser preservados para o bem das gerações futuras. Os especialistas em património começaram a identificar e definir o que deveria ser protegido, o que mais tarde foi confirmado pela legislação estabelecida para esse fim em cada país. O exame das condições existentes desse tecido levou as diversas intervenções para prolongar a vida dos materiais. Em meados do século XX, essa abordagem foi reconhecida globalmente por meio de doutrinas como a Carta de Veneza e o trabalho de organizações como ICOMOS (UNESCO 2013:28).

Por seu turno, a abordagem “baseada em valores”, desenvolvida recentemente, parece estar conquistando popularidade por possibilitar a resolução de algumas questões complexas relacionadas ao património, em particular sua aplicabilidade ao Património Mundial. Evoluiu em diversos países, como o Canada e os Estados Unidos, e se tornou mais conhecida por meio da Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS, na Austrália, em 1979 e posteriormente actualizada. Nessa carta, promoveu-se a avaliação do significado de um lugar, com base nos valores atribuídos por todos os interessados (não apenas pelos especialistas) e o uso de uma declaração de significado como base para desenvolver estratégias de conservação e gestão. Tal conceito foi aprofundado nos

trabalhos de James Kerr sobre planos de conservação (1982). Kerr promoveu uma abordagem sistemática do desenvolvimento de planos de conservação e gestão baseados em valores e, o que é mais importante, do significado cultural de um lugar de património para a sociedade. Nessa abordagem, ele adoptou a premissa de que os integrantes de uma sociedade atribuem valores diversos ao património. A chave para abordagem baseada em valores é a preparação de uma “declaração de significado” e seu uso como base para determinar estratégias de conservação e gestão (UNESCO 2013:29-31).

A abordagem baseada em gestão participativa tem sido promovida em vários sectores, mas especialmente no sector do património, tendo em vista a percepção do bem como propriedade comunitária e como um factor que ajuda a garantir a sustentabilidade das comunidades. A propriedade de um bem de património pode ser muito diversificada, principalmente em áreas urbanas ou paisagens culturais. Tal fato é ainda mais relevante no caso de bens do Património Mundial, em que a identificação do valor implica obrigações ainda maiores e uma posse ainda mais difusa, já que tal património é percebido como propriedade colectiva da humanidade, envolvendo um elemento internacional em sua gestão. Processos participativos muitas vezes exigem disposição para aceitar concessões difíceis e negociar compensações. A neutralidade e a influência de colaborações mais amplas e a cooperação em defesa do bem de património cultural podem facilitar esses processos muitas vezes difíceis. Iniciativas que visam criar formas de participação no campo do património, ou reforçar as já existentes actuando junto aos interessados e aos grupos de interesse mais amplos, são muitas vezes conhecidas como “abordagens participativas” (UNESCO 2013:20-21).

Gestão do património cultural em África e em outras sociedades não-ocidentais, tem sido principalmente preocupado com a preservação e apresentação de monumentos arqueológicos, principalmente do ponto de vista arquitectónico. No Zimbabwe, a ênfase tem sido na preservação de lugares históricos como o amuralhado do Grande Zimbabwe (Ndoro 2005:4). Posteriormente, alguns sítios do património cultural, tais como abrigos rochosos, com arte rupestre ou amuralhados de pedra do tipo *Madzimbabwe*, bem como as suas paisagens associadas, têm significado cultural e espiritual na medida em que algumas comunidades consideram-nos parte do seu ambiente cosmológico. Estes lugares são geralmente respeitados devido à sua capacidade de conectar as comunidades

ao mundo dos espíritos ancestrais (Jopela 2011b:2). O papel das comunidades locais de preservação de sítios do património, através de práticas cerimoniais, tem sido observado um pouco por toda região Austral de África. Sempre que sítios do património são concebidos como oráculos para a comunicação com os ancestrais e consequentemente usados em diversas práticas culturais (por exemplo, rituais de controle das chuvas ou cerimónias de iniciação), esses lugares geralmente beneficiam de um sistema de custódia tradicional (Jopela 2011b:8).

Muitas comunidades contemporâneas têm interesse na cultura material do passado (sítios arqueológicos) para negociar e reconstruir suas identidades presentes e suas visões ritualizadas com o mundo. Esta é a razão pela qual estes sítios se tornaram lugares de importância espiritual (locais de interacção com o mundo dos espíritos ancestrais) e servem de fontes de inspiração, fertilidade, saúde e bem-estar. De facto, a melhor abordagem para a gestão não só dos aspectos tangíveis mas sobretudo dos valores intangíveis associados ao património é aquela que dá aos seus ‘legítimos depositários’ o direito de uso e directa responsabilidade na sua conservação, uma vez que a sobrevivência de tais valores está dependente das dinâmicas culturais e das necessidades contemporâneas dessas mesmas comunidades (Jopela 2011b:8-9). Contém diversas mensagens e valores (histórico, artístico, estético, político, religioso, social, espiritual, científico, natural) que contribuem para dar um significado e sentido à vida das sociedades humanas. Os monumentos são portadores de uma mensagem histórica, na medida em que informam às sociedades contemporâneas sobre o modo de vida das comunidades passadas e do presente (Jopela 2014).

Capítulo 3. Estação Arqueológica de Manyikeni

O presente capítulo, é dedicado a descrição da localização e caracterização física da estação Arqueológica de Manyikeni, incluindo enquadramento histórico, significado cultural e estado de conservação.

3.1. Localização geográfica

O amuralhado de Manyikeni está localizado á 50 km da costa, próximo de Vilankulo; à 133 km sul do Rio Sábi (Save) e 194 km norte de Inhambane, com as seguintes coordenadas geográficas, 22° 11' 05" S, 34° 50' 42" E (Filipe 2006:34). O amuralhado de Manyikeni que se localiza no Distrito de Vilankulo, Província de Inhambane, é o único conhecido, numa planície costeira, usando como recurso geológico para sua construção o calcário. Este amuralhado tem uma forma elíptica, com 50 m de largura e 65 de comprimento (Macamo 2013:3).



Figura 1. Mapa de Localização do Amuralhado de Manyikeni (Cosme Sizoura 2015).

3.2. Contexto geográfico da estação Arqueológica de Manyikeni

3.2.1. Vegetação

Constitui vegetação do Distrito de Vilankulo, o mangal, a savana e floresta densa. Tem algumas zonas do distrito há espécies de madeira preciosa (chanfuta, umbila e outras). Constitui, ainda vegetação desta região a floresta aberta e fechada, árvores de savana semi-caduca, mata e estepe. Desenvolve-se uma floresta húmida ou seca com a vegetação natural. Tecnicamente a região de Vilankulo apresenta uma estrutura simples. No interior das planícies arenosas do distrito de Vilankulo ocorrem florestas de altura média com composição mista de Miombo e Acácia. Contudo, também ocorrem na área focos de povoações humanas dispersas e as tendências de desnatamento estão crescendo na região. As regiões mais chuvosas situam-se no litoral de Inhambane com valores de pluviosidade acima dos 1.400 mm e temperaturas médias da ordem dos 26°C (Muchangos 1999:151-2).

A paisagem natural de Manyikeni consiste na vegetação de savanas cobertas de miombo com árvores de embondeiros. Em Manyikeni existem também uma paisagem construída, *Cenchrus Ciliares*, que foi introduzida com o gado do Zimbabwe ou Botswana, onde esta erva é comum (Macamo 2013:3).



Figura 2. Vegetação de Manyikeni, Capim *Cenchrus Ciliares*.

Foto: Cosme Sizoura 2014

3.2.2. Formação geológica

Em termos geológicos, a região de Manyikeni apresenta rochas Calcárias que foram usadas na construção do amuralhado. Esta rocha não é mais fácil de ser trabalhada e com ela serem feitos blocos de tamanho regular que permitem ao pedreiro erguer muralhas com uma altura considerável, como testemunha o Grande Zimbabwe, o maior amuralhado localizado na República de Zimbabwe, onde o grande amuralhado tinha 11 metros de altura (Macamo 2013:3).

Na faixa costeira encontra-se solos arenosos esbranquiçadas com baixa capacidade de retenção de humidade e no interior são solos arenoargilosos, avermelhados, acastanhados e calcários. No distrito de Vilankulo predominam solos de dunas costeiras, cobertura arenosa (dunas inteiras), Aluviões holocénicos, planície de Urongas e sedimentos de Mananga (Muchangos 1999:154).

Os solos na estação arqueológica de Manyikeni são avermelhados, altamente permeáveis e relativamente férteis para a agricultura. Outras estratégias de sobrevivência da população de Manyikeni incluíam a colecta de plantas não domesticadas e um elaborado sistema social de circulação de produtos, em vasos naturais (Macamo 2013:3).



Figura 3. Solos avermelhados de Manyikeni (Cosme Sizoura 2014).

3.3. Enquadramento histórico

O amuralhado de Manyikeni foi descoberto por um administrador colonial, Alberto Rocha, em 1954. Acredita-se que o mais correcto seria afirmar que a partir daquela data, Manyikeni foi dado a conhecer as autoridades colónias (Filipe 2006:35). Primeiramente foi descrita por Lerenno Barradas em 1961, um membro da Comissão Colonial de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique. Barradas concluiu que Manyikeni era um entreposto comercial do Grande Zimbabwe, construído pelos Portugueses (Macamo 2009:71). Após a Independência Nacional, em 1975, os trabalhos contaram com o apoio do Instituto Britânico na África Oriental, com a participação de arqueólogos como Peter Garlake, Graeme Barker e João Morais. O projecto foi alargado a partir de 1978 para testar novas ideias relacionadas com a arqueologia comportamental, um método de pesquisa introduzido pelo arqueólogo Paul Sinclair da Universidade de Uppsala, Suécia (Macamo 2009:72).

Anteriormente, semelhante experiência tinha sido testada pelo mesmo arqueólogo no Zimbabwe, como o propósito de estudar as aldeias dos camponeses, em Chivoa Hill (uma aldeia de agricultores) e Montevideo Ranch (uma aldeia de Pastores). Montevideo Ranch fazia parte do Complexo da Tradição Zimbabwe, enquanto Chivoa Hill fazia parte da Tradição Kutama, mas sem qualquer construção de pedra. A economia agro-pastoril era vital para existência do grande Zimbabwe, contudo o que determinava a manutenção do poder do Estado pela elite era o comércio de bens exóticos, praticados com a costa do Índico. Manyikeni era uma janela para o Índico, de onde eram escoados os artigos de comércio do interior e da costa (Macamo 2009:72).

Durante 1975 e 1976 o amuralhado forneceu elementos inerentes a cronologia e afinidades culturais, a olaria e outros elementos encontrados em Manyikeni mostram que foram habitados e datados entre 1200-1400 anos, isso leva a crer que houve uma estreita semelhança com o Grande Zimbabwe e outras estações deste complexo (Trabalhos de Arqueologia e Antropologia n°5: 61). Os estudos realizados em Manyikeni mostraram a existência das primeiras comunidades de agricultores e pastores utilizadoras de ferro. Como por exemplo, foram localizados três níveis de ocupação na área escavada fora do amuralhado, bem como vestígios de numerosas habitações e

lixeiros. Ainda dentro desta área de actividade foi detectada uma zona com vestígio de fundição de minérios de ferro (SARQ 1977:3).

3.4. Significado cultural

Segundo Zancheti *et al.* (2008:8) Significado cultural de bens patrimoniais pode ser entendido como todo o conjunto de valores que resultam do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um bem cultural (móvel ou imóvel). A declaração de significância cultural é feita no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória (por exemplo, monumentos e sítios) reconhecidos pela sociedade. Segundo Jopela (2014:31) significado ou valor do património cultural imóvel é a atribuição social relativa de qualidade que se dá aos mesmos. Este valor depende do contexto sociocultural, político-ideológico e económico de cada sociedade e pode mudar ao longo do tempo. Podem subdividir-se em duas grandes categorias, nomeadamente: valores culturais que incluem valor histórico, valor de identidade, valor arqueológico e valor artístico, bem como valores socioeconómicos contemporâneas que incluem valor social, valor económico, valor político-patriótico e valor local, nacional e universal (Nhaguilinguane 2015:20).

Valor histórico reconhece a contribuição que um lugar prestou para o nosso conhecimento sobre o passado. O lugar pode ser típico ou ser um exemplo bem conservado de uma cultura, grupo, época, tipo de actividade humana ou pode estar associado a um individuo particular. Normalmente o lugar, mais do que representar uma fase ou aspecto da história, tem uma longa sequência histórica e mostra o seu desenvolvimento (Jopela 2014:37). Valor arqueológico é característico de um lugar que proporciona, ou tem um potencial para produzir conhecimento que não se pode obter em outro lugar; Este valor depende dos dados envolvidos ou da sua realidade, qualidade ou representatividade e no grau de atribuições futuras que o lugar pode fornecer (Jopela 2014:36). Como mostram as escavações arqueológicas em Manyikení permitiram testar a ideia sobre a diferenciação social e a origem do Estado. O principal símbolo de poder, em Manyikení é o seu amuralhado. As análises posteriormente feitas possibilitaram integrar a cultura material na economia, testar categorias da ideologia e política comportamental. A actividade económica foi evidenciada pelas práticas de caça e recolção, através da identificação de amostras de osso e de vestígios de botânica.



Cereais como sorgo (mapira) e painço (mexoeira) são alguns dos vestígios agrícolas encontrados em Manyikeni. Portanto, Manyikeni é o único amuralhado do tipo Zimbabwe até aqui conhecido que se encontra localizado relativamente perto da costa. Era “a janela para o Indico”, de onde eram escoados os artigos de comércio do interior e da costa, usando como entreposto a estação de Chibuene (Ministério da Cultura 2014:3). Manyikeni é uma estação arqueológica que testemunha a ocupação das primeiras comunidades de agricultores e pastores do segundo milénio AD, pelos povos falantes de língua Bantu na região Austral de África entre os séculos XIII-XVII (SARQ 1977:3). Em 1976 Peter Galarke visita e escava Manyikeni onde concluiu que este amuralhado pertence a cultura Zimbabwe baseando-se no estilo arquitectónico, técnicas de construção e cerâmica (Galarke 1976:25). Esta estação mostra a dispersão dos *Madzimbabwe* para a zona da África Austral. A sua localização próximo a costa demonstra a importância do comércio a longa distância para o desenvolvimento dos *Madzimbabwe*, facto que terá originado a diferenciação social (Macamo 2009).

Como mostram evidências de comércio indicam terem existido contactos com o exterior, conforme a colecção considerável de missangas encontradas na estação. A maior parte destas missangas, incluindo objectos de ouro, foram encontradas no interior do amuralhado. Foram também achadas conchas do mar que evidenciam contactos com a costa, que dista somente 50 km de Manyikeni. Há ligação com a costa era feita através de Chibuene, um entreposto comercial do primeiro e segundo milénio, localizado na baía de Vilankulo. A loiça vidrada é rara em Manyikeni, à excepção de um fragmento de prato azul e branco, de origem Chinesa (Macamo 2009:75). Evidências de cerâmica da tradição Zimbabwe, a cerâmica encontrada nesta estação apresenta uma decoração com motivos geométricos, queima ou grafite, o que testemunha associação com a tradição Zimbabwe (Macamo 2009:70).

Evidências de diferenciação social e do estado pré-colonial, uma das habitações espectaculares encontrada dentro do amuralhado continham o túmulo de um chefe. O chefe tinha objectos de adorno como colares de missangas e ouro, o que prova a sua posição de prestígio na sociedade. O defunto encontrava-se acorado dentro de um pote funerário, o que simboliza práticas de enterramentos secundários na região. Em Manyikeni, estudos efectuados permitiram examinar de perto o padrão de ocupação espacial pela diferença social: a elite vivendo no interior do amuralhado e os

camponeses fora. Isto por si explica que Manyikeni era um centro de poder político de um Estado pré-colonial. Em Manyikeni foi encontrado um gongo metálico, símbolo característico de poder no interior e a cerâmica apresenta motivos geométricos, queimada ou grafitada, testemunhando a associação de Manyikeni com a tradição Zimbabwe (Macamo 2009:73).

3.5. Estado de conservação

Factores naturais	Impactos sobre a estação arqueológica
<p>Chuva, Erosão, vegetação, animais (cães), presença massiva do capim na estação.</p>	 <p>Foto. Cosme Sizoura 2014</p>
<p>Factores humanos: construções, falta de recursos humanos para a gestão, falta de conhecimento, não familiarizado com assunto de património, Falta de uma educação patrimonial para a comunidade local.</p>	 <p>Foto. Cosme Sizoura 2014</p>

Verifica-se o vandalismo na forma de grafite e desfiguração em sítios arqueológicos.



Foto. Cosme Sizoura 2014

De referir que o impacto de animais e plantas são os que geralmente visitam e, por vezes, ter um impacto sobre sítios incluem macacos, coelhos, caprinos, bovinos e morcegos (Jopela 2007:40). Os danos causados pela acção humana, são apontados que a falta de interesse e apreciação do valor do bem, como o uso inadequado de estações pelas comunidades locais, visitantes e pesquisadores também contribuem para a deterioração dos sítios.



Figura 4. Degradação do amuralhado de Manyikeni (Cosme Sizoura 2014).

Capítulo 4 - Conservação e Gestão das Estações Arqueológicas de Manyikeni e Chibuene

O presente capítulo analisa o quadro legal e institucional para a protecção, conservação e gestão do património arqueológico a nível nacional, em particular Distrito de Vilankulo, bem como a efectividade deste mesmo quadro.

4.1. Quadro legal

a) No domínio da gestão do território

O principal instrumento existente no domínio da gestão do território é a Lei nº 19/97 de 1 de Outubro – Lei de Terras, a qual estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma, alienada, hipotecada ou penhorada (Artigo 3). A lei atribui competências aos Presidentes dos Conselhos Municipais e de Povoação e aos Administradores do Distrito, nos locais onde não existam órgãos municipais, para autorizar pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização e desde que tenham serviços públicos de cadastro. Esta mesma lei considera zonas de protecção parcial (entre outras), a faixa da orla marítima e no contorno de Ilhas, baías e estuários, medida da linha máxima da praia-mar até 100 metros para o interior do território (artigo 8). Nas zonas de protecção total e parcial não podem ser adquiridos direitos de uso e aproveitamento da terra, podendo, no entanto, ser emitidas licenças especiais para o exercício de actividades determinadas (GACIM 2010:67).

b) No domínio da Cultura

Os principais instrumentos no domínio da cultura são:

- Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro sobre a protecção do património cultural determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano (capítulo I, artigo 1). Esta lei aplica-se a todos os bens do Património Cultural em geral, quer estejam na posse do Estado e dos

organismos de direito público, quer sejam propriedade privada, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberem aos respectivos titulares (capítulo I, artigo 2). A Lei estabelece também os termos de defesa e protecção dos bens culturais de outros países existentes em Moçambique (Lei n° 10/88:11).

- Decreto n° 27/94 de 20 de Julho sobre o Regulamento de Protecção das diferentes categorias de bens materiais móveis e imóveis, que pelo seu valor arqueológico, são bens do património cultural (capítulo I, artigo 1). Este regulamento define conceitos relativos à conservação do património arqueológico e os procedimentos com vista a obtenção de licenças para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional (Decreto n° 27/94:67).
- A Resolução n° 12/2010 de 27 de Abril sobre a Política de Monumentos, tem como objecto a preservação e valorização de Bens Imóveis do Património Cultural de Moçambique, de forma a garantir a sua fruição pública. Abrange os monumentos, conjuntos e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam (Resolução n° 12/2010:134). A seguir a apresentação de Manyikeni devera indicar o instrumento legal que o caracteriza.

4.2. Quadro institucional

Em Moçambique existe uma legislação de protecção do Património Arqueológico para as estações do País. Esta legislação abrange todo tipo de estações arqueológicas a nível nacional, sendo aplicável para as acções de conservação. O quadro institucional local que tutela a estação arqueológica de Manyikeni é constituído por Governo Distrital de Vilankulo, pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), através da Repartição da Cultura, Juventude e Desporto (RCJD). A este quadro administrativo junta-se a sociedade civil, que se encontra organizada sob várias formas.

a) Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT).

De acordo com o Decreto n.º 11/2005 de 10 de Junho, aprova o Regulamento da Lei n.º 8/2003 dos Órgãos Locais Estatais (LOLE). O Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), é composto pelos seguintes órgãos:

- Departamento de recursos humanos (RH);
- Repartição do ensino técnico profissional (RETP);
- Educação geral (EG);
- Administração e Planificação (AP).
- Repartição da Cultura, Juventude e Desporto (RCJD).

b) Governo Distrital de Vilankulo

Segundo Orlando Vilaculos (2014) Governo Distrital de Vilankulo, no seu Decreto n.º 28/2006, define como áreas sectoriais de intervenção, a protecção arquitectónica, histórico-cultural e arqueológica;

- A execução de projectos de conservação, restauro e protecção do património arqueológico;
- A realização de modificações, internas ou externas, às características arquitectónicas do património;
- Responsável pela manutenção, protecção e preservação das estações arqueológicas de Manyikeni.

c) Comunidade local

É um elemento incontornável do quadro institucional e científico. As pessoas que constituem a sociedade civil destacam-se pela sua importância pelo seu número, de visitantes, contando com um número indeterminado de pessoas que visitam as estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, que ocupam o espaço com objectivo científico, os residentes habitantes de Manyikeni, bem como os estudantes das universidades, alunos e professores. De acordo com a lei de terra 19/97 de 1 de Outubro (Artigo 24) as comunidades locais participam:

- Na conservação e protecção do património cultural;
- Na gestão dos recursos culturais e naturais;
- Na resolução de conflitos.

4.3. Efectividade do quadro legal e institucional na Conservação e Gestão

O Governo do Distrito de Vilankulo é órgão principal na gestão do património arqueológico da estação arqueológica de Manyikeni. A colaboração entre diferentes instituições com tarefa e influência pela gestão está plasmado na LOLE (Artigo 12) que define:

- A coordenação dos planos, programas, projectos e acções dos órgãos locais do Estado com os órgãos das autarquias locais, a nível do respectivo território;
- Articulação entre o Governo Distrital e Serviços da Cultura, Juventude e Desporto no quadro da conservação e protecção de património arqueológico e da ocupação permanente da estação.

De acordo com Orlando Vilanculos, técnico da cultura do Distrito de Vilankulo, pelo seu valor histórico e arqueológico que as estações possui, merece ser protegida usando-se a lei 10/88 de 22 de Dezembro e o Decreto 27/94, instrumentos legais que ao analisar mostram que as estações merece uma classificação imediata devido o seu valor arqueológico. A estação arqueológica de Manyikeni merece uma classificação porque, mostra a dispersão dos *Madzimbabwe* para a zona da África Austral. Por esta razão, Manyikeni é considerada a “janela para o Índico”, de onde eram escoados os artigos de comércio do interior e da costa. O que podia se fazer em primeiro lugar para a conservar e proteger a estação arqueológica de Manyikeni; tínhamos, que ter fundos para elaborar um plano de gestão, cujo objectivo é conservar e valorizar, o património arqueológico, o seu respectivo significado cultural. Mais um dos aspectos a ser considerado neste processo é a falta da divulgação nas redes sociais, com isso 90% das pessoas residentes no Distrito de Vilankulo, não conhecem e nunca visitaram a estação.

Segundo Vilanculos, o Governo Distrital de Vilankulo, tem feito palestras nas escolas, universidades e comunidades locais, de modo a sensibilizar a importância do património histórico-cultural da região nas datas de celebração da província em particular o Distrito de Vilankulo.

4.4. Recursos humanos e materiais para conservação e gestão

Serviços Distrital Educação, Juventude e Tecnologia, através da Repartição da Cultura, Juventude e Desporto, possuem dois técnicos que não são qualificados na área de conservação e gestão do património arqueológico, os mesmos criam esforços para garantir e manter as mesmas conservadas. Neste sentido, o Departamento de Repartição da Cultura Juventude e Desporto, conta actualmente com (6 funcionários contratados e 1 guia, o mesmo desempenha a função de segurança do local) que trabalham na área de conservação do amuralhado de Manyikeni. Apesar do quadro de recursos humanos da Repartição da Cultura, Juventude e Desporto, evidenciar competências a nível de gestão do património cultural, mas não beneficiam projectos de formação e conhecimentos na área de gestão do património cultural, no entanto, há deficiência nos domínios do património arqueológico.

A estação arqueológica de Manyikeni não possuem fundos próprios para garantir a sua conservação e gestão, por isso, a manutenção de Manyikeni não é constante. No entanto, para manter a sua preservação e conservação a estação é controlada por Ministério da Cultura. Portanto, a gestão directa é feita pelo Departamento de Repartição da Cultura Juventude e Desporto que apesar das acções de limpezas constantes, a Repartição da Cultura Juventude e Desporto não tem levado acabo nenhuma outra acção com vista conservação e promoção da estação. Este cenário deve-se, em parte, a inexistência de técnicos com formação e conhecimentos na área de gestão do património afectos na instituição, bem como a inexistência de canais de formação de articulação entre instituições da UEM nomeadamente, o Departamento de Arqueologia e Antropologia, com técnicos gestores do património cultural, por um lado, a Repartição da Cultura Juventude e Desporto com responsabilidade de gestão e manutenção de Manyikeni, por outro.

Para melhor compreensão sobre a proveniência de valor monetário que garante os pagamentos de salário as seis pessoas e um segurança contratados para trabalhar na estação arqueológica de Manyikeni, não foram possível obter informação necessária sobre o assunto. Contudo, limitaram se em dizer que o fundo provém da Direcção Provincial da Educação, Juventude e Tecnologia de Inhambane, mas sem dizer o montante disponibilizado.

Capítulo 5- Estratégias para a Conservação e Gestão do Património Arqueológico no Distrito de Vilankulo

O presente capítulo faz menção sobre as experiências em termos de conservação e gestão de estações arqueológicas em Moçambique, nomeadamente as estações de Manyikeni e Chibuene.

5.1. Experiências e Práticas na Gestão do Património Arqueológico no Distrito de Vilankulo

A abordagem da experiência de gestão do património arqueológico no Distrito de Vilankulo é feita com recurso à apresentação de alguns projectos desenvolvidos na área. Nestes projectos observa-se como é que os processos de conservação e gestão foram endereçados para a identificação e interpretação das estações arqueológicas (Muocha 2005:20).

5.1.1. Manyikeni

O amuralhado de Manyikeni é um imóvel do património cultural moçambicano, classificado e protegida pela Lei 10/88 de 22 de Dezembro. Os projectos de conservação e gestão de espólios arqueológicos escavados em Moçambique, deve se no âmbito da Cooperação bilateral estabelecida entre o Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane, e o Serviço Nacional de Antiguidades da Suécia. O mesmo forneceu três objectos de ferro escavados no Zimbabwe de Manyikeni foram experimentalmente analisados e tratados: uma ponta de lança, um gongo e uma larga argola oblonga. Todos objectos encontravam-se em relativo bom estado de conservação, sendo pouco notórios os indícios de corrosão após terem sido escavados. A ponta de lança e o gongo foram radiografados para análise de índices de corrosão, e posteriormente limpos através de jactos de ar contendo óxido de alumínio. Todos os objectos foram posteriormente tratados com uma solução alcalina, renovada regularmente durante um período de 12 semanas, bem como adicionalmente limpos com um composto neutralizante de hidróxido de bário (Sinclair 1988:21).

O primeiro museu ao ar livre em Manyikeni foi fundado em 1979. A criação deste museu contou com o apoio da SIDA/SAREC, projecto retomado pelo “projecto UOFU”, em cooperação com o DAA/UEM (Filipe 2006:36). Os seus propósitos educativos estiveram evidentes durante as pesquisas e actividades científicas. Mais de 450 pessoas, residentes a abrangidas pelas pesquisas participaram voluntariamente nas escavações, nas palestras e visitas à estação. Foram inauguradas sete placas informativas sobre a história da estação e uma exposição da autoria do jovem pintor Joel Libombo, que ilustra achados arqueológicos e a vida dos seus habitantes. Assim, o principal objectivo da exposição e do museu arqueológico ao ar livre foi divulgar a história pré-colonial de Moçambique (Ministério da Cultura 2009:7).



Figura 5. Placas de identificação da estação arqueológica de Manyikeni (Cosme Sizoura 2014).



Figura 6. Vista e paisagem do amuralhado de Manyikeni (Cosme Sizoura 2014).

No início de 1980 devido a guerra, as pesquisas e actividades museológicas foram abandonadas. Com o fim da guerra os objectos foram transferidos para Maputo e guardados no laboratório arqueológico da Universidade Eduardo Mondlane. Após o restabelecimento da paz deram continuidade da reconstrução do museu no seguimento do projecto Regional das Origens Urbanas na África Oriental, que conta com o patrocínio da ASDI desde 1997 a 2000 (Ministério da Cultura 2009:7). A necessidade de reabilitar o museu de Manyikení, permitiu que os alunos das escolas e estudantes das universidades estudar o passado pré-colonial de Moçambique. Pretende-se igualmente com este programa contribuir para a divulgação e popularização da arqueologia em Moçambique ao vasto público local e estrangeiro, através do desenvolvimento do turismo cultural. Em 1999 foi realizado um programa de conservação da estação arqueológica de Manyikení, através do seu departamento de monumentos em colaboração com a UEM e Universidade de Uppsala-Suécia. Este programa esta na continuidade do projecto de investigação arqueológica sobre as origens urbanas na África Oriental. Com mesmo pretende-se mostrar os resultados da investigação levada a cabo, contribuído para a gestão dos recursos culturais existentes nas estações que foram objecto de estudo ao nível da nossa região da África Oriental, particularmente em Moçambique. Este trabalho foi realizado pela UEM e pelos então Serviços de Museus e Antiguidades com o apoio da SAREC (Agência Sueca para a Cooperação Científica) (DNC 1999:2).

Os trabalhos sobre os processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikení, tinha como objectivo cumprimento do programa quinquenal do governo, no que diz respeito a identificação e valorização do património cultural, musealização da estação arqueológica, como actividade prioritária previsto no plano de actividade. E por fim realização do programa de salvaguarda de monumento, no âmbito de cooperação com ASDI, bem como da sua gestão integrada no projecto “ Urban Origins Follow Up”, que contou com apoio da SAREC-ASDI (DNC 1999:1). Trabalhos iniciais de programação das construções em Manyikení foram: demarcação de uma zona protegida, em Manyikení, através de uma vedação, a necessidade de se construírem dois poços um que serva o espaço musealização e outro para a reserva, para a comunidade no geral, construção de uma represa dentro da reserva, colocação de marcos à volta do amuralhado, que permitiu a sua rápida reconstrução e a criação de um parque material, para a conservação de espécies faunísticas não ferozes (DNC 1999:2).

Um outro programa sobre trabalhos de conservação na estação de Manyikeni que tinha como objectivo principal disseminar junto da comunidade local, estudantes e público em geral os resultados das escavações realizadas na estação arqueológica de Manyikeni, desde os anos 70. A importância da história de Manyikeni está relacionada com o papel que a estação desempenhou para o desenvolvimento de actividades de comércio na nossa região de África Austral durante os séculos XII e XV. Manyikeni possui também ligação com a estação vizinha costeira de Chibuene, datada de meados do primeiro milénio e no interior com o Grande Zimbabue (DNPC 2001:1). A reabilitação do museu local, que tinha sido forçosamente abandonado durante os anos de guerra em Moçambique, foi uma das acções previstas, incluindo a construção de um centro turístico, na perspectiva de valorização eco museológicas de Manyikeni (DNPC 2001:1).

Houve também, alguns projectos de pesquisa no amuralhado de Manyikeni como é o caso do projecto das Origens Urbanas na África Austral e Oriental permitiu a reorientação dos métodos da pesquisa científica, através do trabalho de campo na estação arqueológica de Manyikeni (amuralhado da elite dirigente dos séculos XIII-XVII AD). Manyikeni mantinha ligações comerciais com Chibuene, estação costeira datada do primeiro ao segundo milénio AD. A estação de Manyikeni é o amuralhado que se localiza mais perto da costa, sendo considerado um centro regional do Grande Zimbabue. O projecto HRAC é também outro exemplo útil de participação local, onde o saber popular foi valorizado, em termos da realização do inventário dos recursos alimentares e medicinais tradicionais. As comunidades locais depositárias destes recursos não só possuem uma riqueza de conhecimento sobre eles, como também sabem utiliza-los (Macamo & Ekblom 2003:3).

A qualidade da investigação e o rápido desenvolvimento das infra-estruturas capazes de gerir o património cultural em Moçambique, encorajou o envolvimento decisivo da SEREC que providenciou um programa de financiamento para três anos destinados actividades de prospecção arqueológicas, sob a Direcção da então Secção de arqueologia da Universidade Eduardo Mondlane. O programa foi alargado em 1982 de modo a incorporar um acordo de cooperação com o Serviço Nacional de Antiguidades da Suécia. Nos anos que se seguiram a cooperação passou a envolver a Universidade de Uppsala, sendo sobretudo encorajada a colaboração dentro da região da África Austral e

Oriental. O paio resultou em numerosas publicações (como a série Trabalhos de Arqueologia e Antropologia do Departamento de Arqueologia e Antropologia). Foram contempladas acções de formação, através da publicação de monografias na série *Studies in African Archaeology* da Universidade de Uppsala. Para além disso, o apoio visou ainda a capacitação institucional, em termos laboratoriais, equipamento, sendo privilegiado o material para a realização do trabalho de campo. Porque não era possível recuperar os objectos sem lhes dar o tratamento adequado, a cooperação com a SAREC, passou também a contemplar o apoio necessário nesse sentido, sendo integrada a componente de gestão dos recursos culturais (Macamo & Ekblom 2003:4). O projecto denominado UOFU (“Urban Origins Follow up”), criado no início de 1997 e a terminar em 2004. Foi definido com objectivo essencial a popularização da Arqueologia junto das comunidades locais a exemplo das estações Arqueológicas de Manyikeni e Chibuene. Trata-se de um projecto de colaboração entre as instituições Universitárias e de preservação do património cultural, ao nível da região da África Austral e Oriental.

Em Moçambique participa no projecto o Departamento de Monumentos do Ministério da Cultura. O projecto UOFU, por sua vez resultou da pesquisa sobre as Origens Urbanas na África Austral e Oriental desde 1997. Este percurso foi, obviamente, evidenciado por mudanças nos métodos da pesquisa a qual foi, até certo ponto, influenciada pela participação das comunidades locais. Pode-se enfatizar ainda o problema da própria gestão do património cultural, com vista a criação de centros de interpretação museológicas capazes de gerar emprego localmente, contribuindo, dessa forma, para a redução da pobreza das populações que vivem nas proximidades das estações investigadas (Macamo & Ekblom 2011:5).

A pesquisa da história marítima no litoral norte associada com a cultura Swahili e do amuralhado de Manyikeni, no sul, que exhibe uma construção do tipo Zimbabwe. Foi a crescente actividade económica das comunidades de agricultores e pastores e do seu envolvimento no comércio a longa distância com o Índico que providenciou as bases para as origens urbanas, em Moçambique, durante os princípios do segundo milénio AD (Macamo & Ekblom 2005:6).



Figura 7. Comunidade residente nas proximidades do amuralhado de Manyiken
(Mateus Magul 2014).

5.1.2. Chibuene

Chibuene, está situada na orla marítima do Oceano Índico, a 5 km da Vila de Vilânculos, na província de Inhambane. Dista a 700 km a Norte de Maputo, com as seguintes coordenadas geográficas 22° 02'02" S, 35° 19'30" E (Sinclair 1982:151). A estação arqueológica de Chibuene é um património não renovável. Uma vez destruída, perde-se para sempre. A lei 10/88 de 22 de Dezembro protege o património cultural em Moçambique.



Figura 8. Estação arqueológica de Chibuene vandalizada (Cosme Sizoura 2014).

Os trabalhos com vista a sua conservação tem sido efectuados através de projectos de Cooperação com a SIDA-SAREC, para a conservação das estações e do meio ambiente ao longo da história de ocupação de Chibuene (Macamo 2009:40). Um aspecto comum das pesquisa arqueológicas em Chibuene, foi o contributo da comunidade local, que participou directa e ou indirectamente em vários projectos aqui implementados, como “o projecto HRAC” (“Sobre o impacto humano nas mudanças ambientais na África e no Sri Lanka”), que questionava se as estratégias na procura de alimentos coincidiam com as mudanças ambientais. Outro, foi o “Programa de Origens Urbanas na África Oriental”, sobre as formações pré-coloniais naquela região (Filipe 2006:34).

Um outro projecto que resultou em numerosas publicações científicas, compreendendo artigos e uma série de monografias de mestrados e doutoramento dos participantes. Em Chibuene, efectuou-se estudos cosmológicos como forma de valorizar o saber popular (nomeadamente a explicação popular das calamidades naturais), factor que se tem revelado importante para a compreensão das mudanças ambientais (uso da terra etc.). Em Vilankulo, a recolha de plantas tradicionais feita no âmbito do projecto HRAC era interpretada pela comunidade como promessa de introdução de modernas técnicas e infra-estruturas de apoio à agricultura local (Macamo & Ekblom 2003:12). O projecto GTZ-agência de Cooperação técnica Alemã, realizou em 2004 um estudo de viabilidade sobre a sinalização Turística e interpretação dos recursos culturais no Distrito de Vilankulo. Este projecto tinha em vista a criação de centros de interpretação turísticos nas estações arqueológicas de Chibuene, Manyikeni, Ponta Dundo e Inhambane, na província de Inhambane (Muocha 2005:24).



Figura 9. Placa de identificação da estação arqueológica de Chibuene (Cosme Sizoura 2014).



Figura 10. Configuração da estação arqueológica de Chibuene (Cosme sizoura 2014).

Durante o trabalho de campo e da visita as estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, foi possível constatar o fraco nível de conhecimento e respeito pelo significado daquelas estações pelas comunidades circunvizinhas. As entrevistas feitas na estação arqueológica de Chibuene mostraram que a maioria das pessoas entrevistadas circunvizinhas da estação arqueológica de Chibuene desconhece do significado arqueológico daquele local, talvez por se localizar perto da praia.



Figura 11. Visita de campo a estação arqueológica de Chibuene, turma de Arqueologia e Gestão de Património Cultural 2011 (Yolanda Duarte 2013).

5.1.3. Entrevistas para a percepção de processos de conservação e gestão

Para um melhor planeamento e compreensão de processos de conservação e gestão fazem-se necessário estudo que enfoque as percepções da população em relação conservação, afinal no uso diário dos espaços e serviços a população sente directamente o impacto da qualidade do local.

De acordo com Orlando Vilanculos (Técnico da Cultura do Distrito de Vilankulo), “ *a intervenção da comunidade para a estação arqueológica de Manyikeni, posteriormente foram contratados seis pessoas a nível local, mais tarde é sensibilizado alunos e professores da escola Primária de Muabssa que dista a 7 km de Manyikeni para juntos trabalharem neste processo de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni. Aparentemente o amuralhado está num bom estado de conservação apenas na parte interior.*”

“*No concerne as dificuldades de limpeza na parte exterior do amuralho, verifica se o excesso massivo do capim que circunda o amuralhado, constitui o principal problema no que concerne a sua protecção. Para os visitantes do amuralhado, a presença massiva do capim que se constata no local recomendam a gestão participativa da comunidade para se ultrapassar o problema.*

“Actualmente o amuralhado encontra-se num bom estado de conservação e preservação, apenas carece de algumas intervenções mínimas. Mais apesar de várias críticas e sugestões que o visitante observa, não é desejo do visitante ver o monumento nas condições em que se encontra”.

“A intervenção da Direcção Distrital da Cultura tendo em conta que a estação esta em risco da destruição, partilha na ideia de que a comunidade leva as pedras que circundam o imóvel para fazer estrada que dá acesso a estação mas neste momento as pessoas contratadas trabalham na fiscalização da estação”.

Segundo Elisa Heriques Fenhane (Chefe do posto Administrativo de Mapinhane), *“para conservação e preservação do amuralhado de Manyikení, a intervenção da comunidade local, os líderes comunitários tem feito seus trabalhos de gestão tradicionais, portanto, eles controlam a entrada e saídas de pessoas estranhas, assim, garante o seu estado de conservação”.*

“O benefício que a estação tem para a comunidade local é o próprio conhecimento da existência do património histórico-cultural, por um lado são chamados para fazer trabalhos de cerimónias tradicionais e algumas comunidades prestam vários serviços aos turistas como por exemplo: guiam, prestam serviços domésticos em troca de valor monetário, promovem a gastronomia local e intercâmbio cultural”.

Para Massongonela (Professor e Director da escola primária de Muabssa), *“o impacto que amuralhado traz a nível local, estamos a ver um património histórico-cultural que os nossos antepassados deixaram, é um património nosso onde as futuras gerações precisam de apreender e conservar”.*

“Para que a estação arqueológica de Manyikení seja um lugar atraente, deve se melhorar as vias de acesso e identificação das placas de localização do imóvel, há necessidade de se dar conhecer palestras, sobre a existência do património arqueológico em Moçambique, dando palestras nas escolas e universidades e também divulgando o mesmo através da internet, rádio, televisão jornais, cartazes, etc. Devia se também criar um centro de interpretação para dar aula a comunidade local sobre os

processos de conservação e gestão do património arqueológico em Moçambique, em particular em Manyikení”.

5.1.4. Envolvimento das comunidades nos processos de conservação e gestão do património Arqueológico

A história e o quotidiano de um país como Moçambique, e da humanidade no geral, estão ligados ao conjunto de manifestações sociais (tradições, crença, conduta social), artísticas (arte, música, dança), técnicas (arquitetura) e naturais (paisagem e outros elementos naturais). Isto gira em torno do que podemos designar património tangível e intangível, cuja combinação nos conduz, dum modo mais amplo, a definição do património. Neste contexto pode ser definido como o conjunto de factos e evidências que herdamos do passado, como ponto de referência para as nossas raízes e identidade; como o quotidiano de hoje, que importa preservar para as gerações presentes e futuras, como fonte de orgulho (Filipe 2006:49).

Segundo Mujavaque (agricultor de Manyikení), *“conservar e preservar o amuralhado de manyikení é obrigação nossa, porque, foi neste local onde viveu o rei de Manyikení e era aqui onde fazia se trocas comerciais com o grande Zimbabwe”*. Educação Ambiental é um processo por meio dos quais o indivíduo e a colectividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade (Dias 2006). A comunidade tem um papel fundamental na educação patrimonial, onde objectivo é transmitir ou explicar os seus educados a importância da existência do amuralhado de Manyikení, que constitui a base para a conservação do património histórico-cultural e do meio ambiente. Por outro lado, é certo a afirmar que a educação ambiental constitui também a base das comunidades de Manyikení transmitem mensagem sobre as queimadas descontroladas num certo sentido, no entanto, a mensagem é transmitida passada de pais para filhos a não passar a fazer queimadas descontroladas porque é local que tem significado cultural, no entanto, não pode desaparecer. Percebe-se nas entrevistas das comunidades que há uma preocupação com o património e turismo, actividade que já precisa ser a valorizado e conservado no local.

De acordo com Mujavaque (agricultor de Manyikeni), “*afirma que há dificuldade em desenvolver o património histórico-cultural sobre tudo em Manyikeni, enquanto o Grande Zimbabwe tem amuralhado com características semelhantes com o de Manyikeni e o mesmo possui desenvolvimento. Entretanto, Manyikeni é o berço de Grande Zimbabwe, portanto, as características arquitectónicas que o Grande Zimbabwe possui são as mesmas que Manyikeni apresenta, no entanto, Manyikeni também deve haver desenvolvimento*”.

Por outro lado, para Cândida (camponesa de Manyikeni), “*o amuralhado não está sendo bem conservado e gerido pelas autoridades governamentais, porque, anteriormente havia o envolvimento das comunidades nos projectos desenvolvidos e eram integrados nos mesmos, por sua vez eram agradecidos. Posteriormente já não há participação das comunidades nos programas de desenvolvimento da estação, visto que foram contratados seis trabalhadores para trabalhar nos processos de conservação e manutenção do imóvel. Nestes contratados, existem a mulher do régulo, o que lhes deixam mais agastados com a situação, porque, eles costumam ir deixar algo em casa do régulo, como por exemplo: carvão, feijão, milho, frutas entre outras coisas em forma de agradecimento. E não faz sentido as autoridades governamentais ir contratar a mulher do régulo enquanto há senhoras que não tem ocupação. Neste contexto, as seis pessoas contratados não conseguem terminar o trabalho. Primeiro porque não vem trabalhar todos os dias, segundo porque, eles ficam três ou mais meses sem salário. Contudo, afirmam que se existissem envolvimento das comunidades nos processos de conservação e gestão do imóvel, garantem que o capim que circunda ao redor do imóvel pode desaparecer em menos de um dia*”.

“*A comunidade quer dar seu apoio nos processos de conservação e gestão do imóvel, mais estes entendem que estão a ser excluídos por estar a escolher pessoas para limpar o imóvel*”. “*O material encontrado durante as escavações deve ser devolvido para o museu arqueológico, onde vários turistas possam visitar a estação e ver o material que foi encontrado assim como do presente monumento*”.

Estas entrevistas mostram que as comunidades conhecem o valor Arqueológico de Manyikeni. Embora a exigência das autoridades locais para a devolução do material seja devolvida ao mesmo tempo deve ser ponderada, tendo em conta o seguinte:

- a) As condições de transferência do material, localmente;
- b) A existência de um curador para Interpretar;
- c) O espaço adequado a sua apresentação no Centro de Interpretação;
- d) O envolvimento dos Arqueólogos no Departamento de Arqueologia e Antropologia.

A existência do amuralhado de Manyikeni demonstra um orgulho enorme para a comunidade residente de Manyikeni, visto que o mesmo foi um local histórico onde vivia o rei de Manyikeni e merece ser preservado. O desenvolvimento de infra-estruturas (museu e escolas) e a participação das comunidades nos processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni deve ser constante. A participação das comunidades nos processos de conservação e gestão do património arqueológico é muito importante, pois, garante desenvolvimento sustentável do local e da região. Toda a comunidade quer participar junto com as autoridades governamentais em todos processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni, mais a faltam de oportunidades para ser integrados nos mesmos, por via disso, deve haver outros mecanismos para envolver a comunidade nos programas de conservação e gestão do imóvel. As respostas acima incluíram categorias diferentes e generalizadas, entretanto, mostram que todos os entrevistados têm conhecimentos sobre o que é “conservar e gerir”. O facto de algumas respostas serem mais elaboradas do que outras revela que a questão e o debate sobre o conceito conservação têm carácter polissémico, assim como análise do conceito “conservação” variando de acordo com a escolaridade e seu conhecimento social. Das diferentes perspectivas/respostas, é possível identificar alguns elementos-chave no que concerne ao entendimento que existe sobre a conservação e gestão que é *“manter o imóvel limpo e protegido para as futuras gerações possam a usar, gestão contínua do imóvel junto com as comunidades”*.

Alem destes aspectos-chave da percepção da conservação e gestão presente em todas as respostas, também destaca se quase a metade das respostas dadas pelos entrevistados acerca da conservação e gestão se cruzam na relação do homem/meio ambiente. Alguns entrevistados falam mais elaborada e outras exprimem os conhecimentos empíricos ao explicar como é que deve funcionar a gestão de Manyikeni. Entretanto, os dois grupos se cruzam no ponto-chave, o de gerir o bem envolvendo as comunidades locais através de diversas acções tais como: o uso racional dos recursos culturais, sensibilização

adequado sobre património arqueológico entre outras. Como foi referido acima, nas diferentes definições da percepção sobre a conservação e gestão é possível notar que parte da população de Manyikeni tem informações genéricas do que seja conservar e gerir e, na sequência disso, aponta medidas pontuais que vão desde a mitigação, passado pelo melhoramento das condições de infra-estrutura, serviços urbano e até mesmo citam o componente educação patrimonial. Na visão de alguns entrevistados, o envolvimento das comunidades nos processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni é uma das soluções para se conseguir o bem-estar do homem, e a relação deste com a natureza, em reconhecimento ao facto de que os processos de conservação estão influenciados pela acção humana. No entanto, isto pode não trazer resultados nas práticas quotidianas, especialmente no que se refere ao uso dos poucos recursos culturais e naturais que Manyikeni dispõe.

Um aspecto importante neste estudo foi a tentativa de compreender a posição das comunidades sobre as razões pelas quais se deveria preservar Manyikeni, cujas respostas se apresenta, de acordo como entrevistado (Mujavaque agricultor).

Enquanto as condições económicas dessa população não forem satisfeitas, jamais ela se ocupará em conservar bens que acham que não faz diferença na sua vida, pois a importância para esta população não está no amanhã. Para a população economicamente pobre, o mais importante é resolver o imediato como se pode perceber nas palavras da entrevistada (Cândida camponesa de Manyikeni), “*o material encontrado durante as escavações deve ser devolvido para o museu arqueológico, onde vários turistas possam visitar a estação para ver o material que foi encontrado e do presente monumento*”.

Capítulo 6 - Considerações finais

O presente trabalho de pesquisa pretendeu analisar os processos de conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni no período entre 1979-2004. Esta análise é pertinente na medida em que constituirá a base para o desenho de propostas estratégicas para a efectiva gestão e da estação arqueológica de Manyikeni. O estudo demonstrou uma deficiência no que diz respeito os processos de conservação e gestão, visto que há vontade imenso da comunidade local de conservar e gerir o imóvel, mas a entidade responsável pela gestão não possuem fundo suficiente para garantir e manter limpo a estação.

Manyikeni é uma estação arqueológica que testemunha a ocupação das primeiras comunidades de agricultores e pastores do segundo milénio AD, pelos povos falantes de língua Bantu na região Austral de África entre os séculos XIII-XVII. Manyikeni é o único amuralhado do tipo Zimbabwe até aqui conhecido que se encontra localizado relativamente perto da costa. “Era a janela para o Indico”, de onde eram escoados os artigos de comércio do interior e da costa, usando como entreposto a estação arqueológica de Chibuene, pertence a cultura Zimbabwe baseando-se no estilo arquitectónico, técnicas de construção e cerâmica. A estação arqueológica de Manyikeni mostra igualmente a dispersão dos *Madzimbabwe* para a zona da África Austral. A sua localização próximo a costa demonstra a importância do comércio a longa distância para o desenvolvimento dos *Madzimbabwe*, facto que terá originado a diferenciação social.

Como mostram as evidências diferenciação social, numa das habitações encontradas dentro do amuralhado foi identificado o túmulo de um chefe, que foi enterrado com objectos de adorno como colares de missangas e ouro o que mostra a sua posição de prestígio na sociedade. A elite vivia no interior do amuralhado e os camponeses fora deste, o que por se só explica que Manyikeni era um centro de poder político de um estado pré-colonial.

A gestão e conservação do património cultural de Inhambane, é regida pela legislação patrimonial, e é implementada e coordenada pela Direcção Nacional do Património Cultural em particular para a estação arqueológica de Manyikeni remota a década de 70

e deste então várias acções foram levadas a cabo com destaque para o trabalho realizado em 1979 pela Universidade Eduardo Mondlane e pelos então Serviços de Museus e Antiguidades com o apoio da Agência Sueca para a Cooperação Científica. Onde foi inaugurado um museu a céu-aberto em Manyikeni, que resultou na abertura de um pavilhão de exposição e da colocação de placas didácticas no circuito da estação. No ano de 1999 foi realizado um programa de conservação da estação, através do Departamento de Monumentos da Direcção Nacional do Património Cultural em colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane e Universidade de Uppsala-Suécia sobre Origens Urbanas na África Oriental. Após o restabelecimento da paz foi decidida a reconstrução do museu no seguimento do projecto Regional das Origens Urbanas na África Oriental, que conta com o patrocínio da ASDI desde 1997 a 2000.

Durante as entrevista de campo evidenciam o conhecimento local sobre práticas de conservação e gestão e *“manter o imóvel limpo e protegido para as futuras gerações possam a usar, gestão contínua do imóvel junto com as comunidades”*. Assim os entrevistados lamentam o crescimento descontrolado da vegetação ao redor na estação arqueológica de Manyikeni. O crescimento descontrolado da vegetação é causado pela falta e/ou atraso do pagamento salarial aos seis contratados para o efeito na estação. Aliado a este facto a estação arqueológica de Manyikeni não possuem fundo próprio para garantir a sua conservação, por isso, encontra-se num estado de degradação.

A realização de um plano de gestão e conservação é urgente e pertinente para garantir a preservação da estação arqueológica de Manyikeni, do seu irrevogável valor arqueológico e da garantia do acesso ao património cultural para as gerações presentes e futuras. O plano de gestão e conservação a ser deverá seguir uma abordagem que abrange e integre tanto a comunidade local, os visitantes, as instituições zeladoras e sobretudo a protecção e preservam do significado cultural da estação arqueológica de Manyikeni.

Após o plano elaborado deverá ser alocado um arqueólogo e gestor do património cultural que deverá monitorar a implementação do plano de gestão e a consequente divulgação dos resultados. Para um funcionamento integrado na conservação e gestão do amuralhado de Manyikeni proponho as seguintes medidas:

- Por o centro de interpretação em funcionamento, onde todos os visitantes que for a chegar possam conhecer o historial e a importância da existência do amuralhado de Manyikeni;
- Formulação uma educação patrimonial, que trabalha com o propósito de estimular vivência que pode constituir a base para os processos de conservação e gestão do património arqueológico;
- Com o funcionamento do centro de interpretação deveria também se alocar um técnico da área com conhecimentos científicos sobre o património, a fim de interagir não só com a comunidade local, como também, com os visitantes sobre o valor histórico, social e seu significado cultural (criar cartazes, panfletos para divulgar a estação no atla);
- Existem um número reduzido de comunidade que desconhecem da existência de Manyikeni e Chibuene, portanto, as autoridades locais podiam divulgar as estações nas seguintes órgão de informação: redes sociais, rádio, televisão, cartazes e jornais;
- Como forma de sustentabilidade da estação proponho que devia se criar um lanchonete pertencendo a própria estação com finalidade de fornecer produtos alimentares para os visitantes. De acordo com (Resolução nº 10/2010 de 2 de Junho:131) também, os visitantes deviam pagar um valor simbólico para qualquer um que quer visitar, valor esse possa servir para a criação de um fundo, que mais tarde venha a servir para a manutenção da estação e das vias de acesso, assim como das pessoas contratados;
- Outro papel preponderante deste local, seria a educação ambiental e a divulgação da estação. A sua contribuição na educação formal e informal do cidadão nacional e estrangeiro é relevante, pois, pode resultar no comportamento responsável dos cidadãos na conservação da estação.

Referências bibliográficas

- Berger, A. 2003. Food Resources at Chibuene and Manyikeni, two archaeological site in southern Mozambique (forthcoming).
- Burra Charter. 1999. *The Australian ICOMOS Charter for the conservation of place of cultural significance*. Austrália ICOMOS.
- Decreto nº27/94 de 20 Julho, que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. *Boletim da República* nº 29 (I).
- Diploma Legislativo nº 825 de 20 de Fevereiro de 1943, que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique* nº 8 (I).
- Direcção Nacional da Cultura 2009. Estação Arqueologia de Chibuene: *No património cultural está o nosso futuro Proteja a nossa herança cultural orgulho dos Moçambicanos*: Ministério da Cultura/Maputo.
- Dias, G. F. 2006. Actividades interdisciplinares de Educação ambiental: Práticas inovadoras da educação ambiental. *Ed Revista*. São Paulo.
- Filipe, K. 2006. Património Vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992-2004. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.
- Garlake, P. 1976. In Investigation of Manekwene, Mozambique: *Archaeology África*. Azania 11, 25-48.
- ICOMOS 1990. *Charter for the protection and Management of the Archaeological Heritage*. Prepared by the International Comumittee for the Management of Archaeological Heritage (ICHM) an approved by the 9th General Assembly in Lausanne in 1990.
- Jopela, A. 2006. Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no Distrito de Manica, 1943-2005. Dissertação de Licenciatura, Maputo: DH/UEM.
- Jopela, A. 2007. Monitoring Rock Art Sites The case study of BNE 1, Clocolan Berg, Free State Province, South Africa. Dissertação de Licenciatura. Johannesburg: University of the Witwatersrand.
- Jopela, A. (Coord) 2012. *Manual de conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura-Direcção Nacional de Património Cultural (DNPC).
- Jopela, A. 2011b (*In press*). Custódia Tradicional na Gestão do Património Arqueológico na África Austral. Paper apresentado na VII Sessão do Ciclo de Seminários Interdisciplinares do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane, 20 de Abril de 2011.
- Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. *Boletim da República* nº 51 (I).
- Lei nº 19/97 de 1 de Outubro, que a qual estabelece que a terra é propriedade do Estado. *Boletim da Republica* nº 8 (I).
- Macamo, S. 2003b. *Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique*. Maputo: Ministério da cultura e UNESCO.
- Macamo, S. (Coord.) 2003a. *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios-Património Cultural*. Maputo: Ministério da Cultura e UNESCO.
- Macamo, S. 2006. Privileged places in South Central Mozambique: The Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Dengue-Mufa. Tese de Doutoramento. *Studies in Global Archaeology* 4. University of Uppsala.
- Macamo, S. 2009. *Manual de Pré-história*. Maputo.

- Macamo, S. 2013. *Paisagens Culturais da Tradição Zimbabwe em Moçambique*. Maputo: DAA/UEM. Pp. 1-6.
- Macamo, S. & Ekblom, A. 2005. Projectos SAREC e a participação das comunidades locais na pesquisa arqueológica: O caso do distrito de Vilankulo. As Ciências Sociais na luta contra a pobreza em Moçambique (coord. Benigna Zimba e Jose Castiano). Maputo: OSREA.
- Macamo, S. 1996. The Problems of Conservation of Archeological Sites in Mozambique. In Pwiti, G. & Soper, R. (eds.) *Aspects of African Archaeology*. 813-16. Harare: University of Zimbabwe Publications.
- Meneses, P. 2002. *Glossário de Alguns Conceitos e Termos Utilizados em Arqueologia*. DAA/UEM.
- Ministério da Cultura 2009. Museu Arqueológico de Manyikeni. Instituto de Investigação Científica de Moçambique: *Serviço Nacional de Museus e Antiguidades*. Maputo/Moçambique.
- Ministério da Cultura 2010. *Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, Património Cultural Mundial*. Maputo: Direcção Nacional do Património Cultural.
- Ministério da Cultura 2014. Termos de Referência (TdR) para o Desenvolvimento do Turismo Cultural: *Estações Arqueológicas de Chibuene e Manyikeni, Distrito de Vilankulo, Província de Inhambane*. DAA/UEM.
- Muchangos, A. 1999. *Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais*. Edição ao autor. Maputo/Moçambique.
- Muocha, M. 2005. O uso das placas para a identificação do património arqueológico: estudo de caso das estações arqueológicas do Distrito de Vilankulo, 1943-2004. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.
- Morais, J. 1989. Fontes Históricas e Arqueológicas em Moçambique. *Revista Leba*, Lisboa, n° 7, Pp. 30-317.
- MON/DNC 1999. *Conservação da Estação Arqueológica de Manyikeni*. Província de Inhambane, Distrito de Vilankulo. Maputo pp. 1-4.
- MON/DNC 1999. *Relatório da expedição arqueológica de Manyikeni Agosto de 5 a 9*. Maputo/ Ministério da Cultura.
- MON/DNPC 2001. *Relatório sobre os Trabalhos de Conservação da Estação Arqueológica de Manyikeni* -Distrito de Vilankulo. Maputo: Ministério da Cultura. pp. 1-5.
- Ndoro, W. 2001. Heritage Management in Africa. *The Getty conservation Newsletter* 16(3): 20-23.
- Ndoro, W. 2005. *Your Monument Our Shrine: The preservation of Great Zimbabwe*. Rome: ICCROM.
- Ndoro, W. 1996. Restoration of dry-stone walls at the Great Zimbabwe. *Conservation and Management of Archaeological Site* 2:87-96.
- Nguirazi, T. 2014. Conservação do Património Edificado: *Amuralhado Arqueológico do tipo Zimbabwe*. Maputo: Ministério da Cultura – Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).
- Nhaguilinguane, E. 2015. Gestão e Sustentabilidade do Património Cultural Imóvel na Cidade de Maputo: *O caso da Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição*. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DAA/UEM.
- Omar, L. 2013. O Desafios para Conservação Ambiental e Património Cultural na Ilha de Moçambique. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Pedrosa, P.C. 2001. Significância cultural como critério para conservação do património mundial: Dissertação pós-graduação em desenvolvimento urbano. Lisboa.

- Samuels, K. 2008. Value and significance in archaeology: *Archaeological dialogues*. Cambridge University Press.
- Resolução nº 12/2010 de 27 de Abril, que aprova política de Monumentos. *Boletim da República* nº 22 (I).
- Resolução nº 10/2010 de 2 de Junho, que aprova a política de Museus. *Boletim República* nº 22 (I).
- SARG 1977. Relatórios de Actividades da Secção de Arqueologia em 1977. Secção de Arqueologia e História Pré-colonial: Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Sinclair, P. 1982. Chibuene- an early trading site in Southern Mozambique. *Paideumia* 28:149-64.
- Sinclair, P.J.J. 1988. Analyses of Slag, Iron, Ceramics and Animals Bones From Excavations in Mozambique. *Upsala: Central Board of National Antiquities, Sweden*.
- Sinclair, P. 2004. *Archaeology and Identity: Some example from Southern African*. Department of Archaeology and Ancient History. Uppsala University.
- UNESCO 1972. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: Centro do Património Mundial/UNESCO.
- UNESCO 1985. *Protecção do Património Arqueológico*. Paris: Centro do Património Mundial/UNESCO.
- UNESCO-ICCROM-IUCN 2013. *Managing Cultural World heritage*. Paris: Centro do Património Mundial/UNESCO.

Lista dos Entrevistados

- Fenhane, E. chefe do posto administrativo de Mapinhane, local da entrevista no gabinete no posto administrativo de Mapinhane, 08 de Outubro de 2014.
- Ukuch, A. pescador, 05/10/2014 local da entrevista na orla de Chibuene.
- Raul, C. camponesa de Manyikeni, local da entrevista em casa de cãndido, 09 de Outubro de 2014.
- Mujavaque, F. camponês, local da entrevista Manyikeni, 09 de Outubro de 2014.
- Magul, M. guião de Manyikeni, local da entrevista na estação arqueológica de Manyikeni, 08 de Outubro de 2014.
- Musongonela, J. professor da escola primária de Muabssa, local da entrevista escola de Muabssa, 08 de Outubro de 2014.
- Vilanculos, O. técnico da cultura do Distrito de Vilankulo, local da entrevista, Departamento de repartição da cultura, juventude e desporto em Vilankulo, 07 de Outubro de 2014.
- Zefanias, F. estudante do centro de formação profissional de Vilankulo, local da entrevista escola em Chibuene, 05 de Outubro de 2014.

Anexo - Guião de Entrevistas

Parte I - identificação do pesquisador

Título do Projecto: Gestão do Património Arqueológico na Província de Inhambane: Manyikeni

Âmbito do Projecto: Pesquisa desenvolvida no âmbito do trabalho de culminação dos estudos no curso de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural.

Instituição: Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Investigador: Cosme Ermelindo Sizoura

Telefone: 828363240 ou 844469470

Email: cosme.sizoura@gmail.com

Parte II - identificação do entrevistado

Nome:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade (só para os visitantes):

Ocupação/profissão:

Local de residência:

Local da entrevista: